

UM VOO PARA O FUTURO COM OS OLHOS NO PASSADO: *A ÁGUIA* – UMA EXPERIÊNCIA PORTUGUESA CONTRAVANGUARDISTA?

Henrique Marques SAMYN*

- **RESUMO:** A revista literária portuguesa *A Águia* foi fundada em 1910 pelo jornalista Álvaro Pinto, com o objetivo de promover o renascimento de uma cultura percebida como decadente pelo círculo de intelectuais reunidos em torno da publicação. De 1911 a 1922, sob a influência de Teixeira de Pascoaes, *A Águia* tornou-se o principal meio de divulgação do “Saudosismo”, o movimento nacionalista criado por aquele escritor. Embora diversos movimentos vanguardistas tivessem lugar em Portugal nessa época, *A Águia* não participou de nenhum deles; o objetivo deste artigo é investigar as razões de isso haver ocorrido, e em que sentido é possível qualificar *A Águia* como uma publicação “contravanguardista”.
- **PALAVRAS-CHAVE:** *A Águia* (1ª e 2ª séries). Vanguardismo. Saudosismo. Literatura Portuguesa.

Antes da “Renascença”

A Águia nasce no primeiro dia de dezembro 1910, precedendo portanto a fundação da “Renascença Portuguesa”, órgão de cujo ideário viria mais tarde a constituir o principal veículo de difusão¹ – motivo pelo qual o periódico e o movimento são quase sempre associados, embora esse vínculo limite-se a um período temporal específico. Nesse primeiro momento – mais especificamente, em 1910 e 1911 –, a revista é criação de Álvaro Pinto, que se inspira “[...] na influência nacionalista e jacobina dos pensadores portugueses, sobretudo Basílio Teles e Sampaio Bruno” (GOMES, 1984, p.17).

* UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras – Doutorado em Literatura Comparada. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 20550-900 – trovares@yahoo.com.br

¹ A revista *A Águia* foi publicada entre 1910 e 1932. Ao longo desse tempo, a revista teve diferentes orientações editoriais e reuniu textos de diferentes colaboradores, de tal modo que sua história compreende cinco séries: 1ª série, 1910-1911; 2ª série, 1912-1921; 3ª série, 1922-1927; 4ª série, 1928-1931; 5ª série, 1932. Neste artigo, enfocaremos apenas as duas primeiras séries da revista.

Artigo recebido em 30 de janeiro de 2010 e aprovado em 18 de maio de 2010.

Anunciada como uma “revista quinzenal ilustrada de literatura e crítica”, *A Águia* não apresenta, a princípio, uma orientação programática definida. Suas páginas acolhem artigos variados que, não obstante, deixam transparecer a intenção renovadora que motivava o grupo que se reunia em torno do periódico; a esse propósito, é representativo o ensaio de Manuel Laranjeira que abre o periódico, de título “Os homens superiores na selecção social” – texto de forte inspiração nietzschiana, em que o escritor, médico e crítico social, afirma que “[...] o homem superior está para além do seu tempo” (LARANJEIRA, 1910, p.1), e que apresenta esta sintomática passagem:

Ha minorias que são o germen de sociedades futuras e minorias que são o residuo de sociedades mortas. Ha minorias que são o fermento de geraçoens vindouras e minorias que são os restos de geraçoens extintcas. Ha minorias que abraçam o futuro e minorias que abraçam o passado; minorias que estendem os olhos anciosamente para ámanhan e minorias que os estendem, saudosas, para hontem. Ha minorias que são uma força germinal e minorias que são uma força esterilicante.

E entre estas duas forças: uma no sentido do futuro, outra no sentido do passado; uma que impelle para diante, outra que pucha para traz: a maioria representa a força conservadora, a que estabelece e garante o equilibrio social. [...]

O direito dos homens superiores, das minorias creadoras, inteligentes e culta, é proclamar a verdade. O direito das maiorias é discutil-a e valorizal-a pela resistencia. (LARANJEIRA, 1910, p.1-2)².

A preocupação que aí se percebe também permeia outros textos do período, reflexo de uma inquietação disseminada por certos círculos intelectuais. Havia, então, uma certeza indubitável: a pátria estava em decadência, e era preciso promover o seu renascimento. Para fazê-lo, urgia silenciar aquelas minorias que não passavam de um “resíduo de sociedades mortas”, “restos de gerações extintas”, que atraíam a maioria para a decadência com sua “força esterilizante”; e todo o poder de promover o necessário revigoreamento estava nas mãos de uma elite que se opunha diametralmente à minoria decadente, constituída por homens que agiam no sentido do futuro – a “força germinal” que constituía um “fermento de gerações vindouras”. Qual eleitos, deveriam ser eles os responsáveis por transformar toda essa situação, conduzindo Portugal de volta ao lugar que lhe cabia.

De grande interesse é, a propósito, o comentário publicado na seção “Vária” desse primeiro número da revista; o texto, não assinado, tem por objeto precisamente a ave referida no título da publicação:

² Nesta e em todas as outras transcrições de documentos, optamos por preservar a ortografia original.

A Águia, sobranceira e altiva, deixa, por instantes, os solitários píncaros da montanha. Soltando gritos eroicos de superioridade, alarga as azas no gesto impetuoso do arranque e já devora os ares, com fervor de vida e luta. Tremem-lhe as garras, no olhar faiscante perpassam-lhe relâmpagos de tormenta. E vòa sempre, no delírio fulminador da áncia.

E se aqui, além, as garras mais se lhe curvam – é para mais as vincar, para mais fundo gravar os sulcos...

Ela grita ardências de fogo. O bico bem forte, as azas bem retezas – só ama a grandeza dos horizontes claros. E sempre para mais alto vòa ela, lonje do grasnar ridículo da imbecilidade, bem fora do coaxar impertinente da estupidêz.

Para lá, para lonje, para o alto – sempre para mais lonje e para mais alto!...

À luz do que anteriormente comentamos e das concepções expostas no ensaio de Manuel Laranjeira, torna-se claro que a escolha da águia tem um sentido alegórico: a ave simboliza aquele seletto conjunto de homens que se viam como pertencentes a uma estirpe superior, mas que ousaram deixar os “solitários píncaros” para empreender sua tarefa reformadora. “Com fervor de vida e de luta”, estavam esses homens dispostos a impregnar a cultura e a sociedade portuguesas com suas ideias – assim como faz a águia, cujas curvas garras vincam e gravam fundos sulcos. Revoando nas alturas, sempre em direção aos “horizontes claros”, a águia mantém-se distante do “grasnar ridículo da imbecilidade” – imagem que espelha a clivagem entre os visionários construtores de um novo destino para Portugal e a retrógrada minoria que visava tão somente conservar as estruturas decadentistas. Cada vez para mais longe e para mais alto, urgia trabalhar para a construção do futuro.

Evidentemente, tudo isso não surgira de uma hora para a outra: já desde as últimas décadas do século anterior, todo um cenário político e cultural vinha dando azo a iniciativas dessa espécie. A cidade do Porto, especificamente, testemunhara o nascimento de uma expressiva quantidade de publicações voltadas à cultura e à literatura: entre 1878 e 1881, Joaquim de Araújo dirigira, naquela cidade, uma revista significativamente nomeada *Renascença*. *Órgão dos trabalhos da geração moderna*; em 1894 e 1895, fora diretor da *Revista Portuguesa*. Entre 1889 e 1892, Eça de Queirós mantivera a *Revista de Portugal*; e, em 1894, Júlio e Raul Brandão fundaram a *Revista de Hoje*. Para além das publicações periódicas, do período entre a década de 1880 e o fim do século data-se a fundação de diversas instituições destinadas a fins científicos; entre outras, mencionem-se a Sociedade de Geografia Comercial do Porto, a Sociedade de Instrução do Porto, o Museu Industrial e Comercial e o Instituto Portuense de Estudos e Conferências (SILVA, 1997, p.51-53).

Como argutamente observa Augusto Santos Silva (1997), os intelectuais e as instituições pretendiam agir em três direções complementares. Primeiro, importava

transformar o meio acadêmico e erudito, reunindo especialistas a par do movimento cultural europeu contemporâneo associados ao novo conjunto de disciplinas científicas, sociais e naturais, e afirmando institucionalmente o valor dessas disciplinas e de seus cultores. Segundo, cabia envolver nesse movimento de afirmação o público que, embora não especializado, podia seguir ou apoiar os trabalhos dos especialistas; assim é que, por exemplo, os “museus regionais” concebidos por Rocha Peixoto tencionavam preencher as lacunas deixadas por um ensino técnico avaliado como caótico. Finalmente, a ação dos intelectuais podia pautar-se “[...] pela colaboração com as *forças vivas* da cidade, os seus grupos dirigentes, económicos, sociais e políticos” (SILVA, 1997, p.57).

Todo esse ambiente cultural, social e científico constituía, portanto, o cenário que conduziria Álvaro Pinto a fundar, no fim da primeira década do século XX, seu periódico. Tratava-se, por assim dizer, de uma primeira tentativa de reunir homens capazes de demonstrar ostentivamente à sociedade – concebida num sentido lato, envolvendo desde as classes dirigentes até a mocidade de um modo geral – as trilhas que poderiam conduzir à necessária renovação; homens que, de fato, não se confundiam com a multidão, mas que com essa estavam dispostos a travar uma relação que levaria ao almejado renascimento. Uma elite, portanto, composta de “homens superiores”, para empregar as palavras de Mário Laranjeira – os únicos aptos a proclamar a verdade que acabaria por ressoar em meio à maioria.

Olhar para o passado

Em 1911, reúnem-se os homens que veem a si mesmos como dignos de fazer parte daquela elite capaz não só de identificar as causas e raízes da decadência por que passava Portugal, mas também de desbravar as trilhas que levariam, finalmente, à entrevista renovação. O processo de formação da “Renascença Portuguesa” é sintomático de suas ambições: reuniões foram promovidas, discutiram-se normas, assinaram-se manifestos; havia um programa a ser cumprido, regras e objetivos definidos – sendo tão elevado o objetivo, cada passo exigia rigor e planejamento. Esses homens compartilhavam, afinal, um único objetivo: o de repensar Portugal, e no mesmo movimento repensar os portugueses, operando a construção de um novo país, livre de quaisquer vestígios de decadentismo.

Entre os instrumentos que deveriam servir a essa missão estava *A Águia*. Em sua segunda série, a partir de 1912, a publicação constituiria o principal órgão de difusão do ideário da “Renascença Portuguesa”; nesse momento, a direção do periódico passaria às mãos de Teixeira de Pascoaes, que já figurava entre os quadros

de colaboradores desde o primeiro número publicado por Álvaro Pinto³. Pascoaes seria responsável por repensar toda a orientação do periódico à luz do Saudosismo; o texto “Renascença”, por ele publicado como editorial no primeiro número da nova série, é valiosa fonte para a compreensão desse processo.

Naquele “momento genésico e caótico” enfrentado pela pátria portuguesa, afirmava Teixeira de Pascoaes (1912, p.1), urgia que “todas as forças reconstitutivas” se organizassem e trabalhassem conjuntamente pela construção da “sonhada e desejada harmonia”. Por conseguinte,

O fim d'esta revista [*A Águia*], como órgão da “Renascença Portuguesa”, será, portanto, dar *um sentido* às energias intelectuales que a nossa Raça possui; isto é, colocá-las em condições de se tornarem fecundas, de poderem realizar o ideal que, n'este momento histórico, abraça todas as almas sinceramente portuguesas: – Criar um novo Portugal, ou melhor ressuscitar a Patria Portuguesa, arrancá-la do tumulto onde a sepultaram alguns séculos de escuridade física e moral, em que os corpos definharam e as almas amorteceram. (PASCOAES, 1912, p.1).

Cabe enfatizar o cuidado com que Pascoaes explicitou o ideal almejado pela sociedade: criar um novo Portugal significava, de fato, ressuscitá-lo, restaurando a grandeza inerente à pátria que havia sido obscurecida ao longo dos séculos. Não se trata de um retorno ao passado, esclarece o escritor: “Renascer é regressar às fontes originárias da vida” – mas para criar uma nova vida. O passado é, por conseguinte, concebido como uma espécie de repositório do princípio identitário; não se pretende construir um outro Portugal, mas atualizar a sua condição originária, desse modo resgatando uma “essência” que permaneceu a mesma através dos tempos.

O que Teixeira de Pascoaes (1912) sobretudo procura é o que há de específico na identidade portuguesa; por outro lado, a determinação dessa especificidade é o que o leva a elaborar seu Saudosismo. Postula o escritor a existência de uma “alma portuguesa”, instância originária da nacionalidade, graças à qual os portugueses não se fundem na “massa amorfa” europeia. A tentativa de fundamentar metafisicamente essa teoria leva Pascoaes a afirmar que enquanto, em tempos remotos, povos heterogêneos disputavam o território ibérico, houve um momento em que a voz de Viriato soou, proclamando um Povo, o que demarcou o nascimento da “Alma d'uma Raça”; esse “Verbo criador” encarnou-se mais tarde em Afonso Henriques; materializou-se n'Os *Lusíadas*; e finalmente a alma portuguesa gerou, de si mesma, a Saudade, concebida como “o próprio sangue espiritual da Raça; o seu estigma divino, o seu perfil eterno”

³ Álvaro Pinto viria para o Brasil em 1920, passando a publicar o periódico no Rio de Janeiro. Posteriormente publicaria, em terras brasileiras, a revista *Terra de Sol*, junto de Tasso da Silveira.

(PASCOAES, 1912, p.2). Desse modo, como observa Maria das Graças Moreira de Sá (1992, p.237-238), conquanto a Raça seja definida “[...] por um certo número de qualidades espirituais e electivas de um povo, a Saudade, como sentimento superior que abarca todos os outros, é o traço distintivo da Raça portuguesa, o seu ‘sangue espiritual’, a sua alma”; desse modo, não há nenhuma distinção entre aquela materialização primordial do sangue espiritual da Raça – ou seja: Viriato –, que antecede a constituição política do país, e a derradeira – ou seja: D. Sebastião –, visto que “[...] um e outro são *símbolos do amanhecer* – um material e outro espiritual – *de uma Raça, do seu desejo – que é já Saudade* – posto em acção”. Por intermédio dessa difusa catedral metafísica, buscava Pascoaes sistematizar um ideal nacionalista que ele mesmo ver-se-ia obrigado a reformular em momentos posteriores, na incessante busca de uma plausibilidade impossível.

Agora sob a direção de Teixeira de Pascoaes, com Álvaro Pinto deslocado para o cargo de secretário e administrador, *A Águia* abrigaria em suas páginas artigos conformes ao ideário do Saudosismo – ainda que essa orientação, forte a princípio, acabasse por esmorecer com o tempo, o que culminaria com uma nova mudança de direção, em 1922. Entretanto, de par com os artigos em que Pascoaes procurava definir sua doutrina, a revista publicava textos de diversos intelectuais que se ocupavam de repensar o passado de Portugal; interessava-lhes buscar os princípios de uma ação transformadora que pudesse levar à construção de um projeto que, enfim, assegurasse para a nação o futuro por eles almejado. Urgia encontrar soluções para o cenário de crise que assolava a nação.

Embora, durante o século XIX, a situação de atraso de Portugal não fosse tão grave – conquanto, em termos infraestruturais, permanesse em situação de maior carência do que a Grã-Bretanha, França ou a Alemanha pré-industriais, não estava pior do que o resto da Europa, e os políticos da regeneração haviam empreendido um sério programa de modernização –, o cenário começou a mudar em 1890; já no início da década de 1910, Portugal estava consideravelmente atrasado em comparação com os níveis econômicos europeus. David Birmingham (2005) elenca um conjunto de prováveis razões para esse atraso: primeiro, houve a recusa à construção de barreiras alfandegárias adequadas para proteger as indústrias nascentes, de modo que Portugal sucumbiu à pressão britânica para continuar fornecendo matéria bruta e adquirindo produtos manufaturados; segundo, houve a resistência dos proprietários de terras a implantar técnicas de modernização na produção agrícola; outros fatores relevantes foram a estagnação do sistema educacional, a vinculação econômica da alta burguesia com a aristocracia (o que a levava a investir em terras, propriedades e na aquisição de títulos nobiliárquicos) e a busca por segurança financeira que direcionava a classe média para a administração pública, em vez de a postos nas empresas produtivas em pequena escala, além de o governo permanecer economicamente dependente dos

impostos sobre as importações e exportações – o que resultou numa inércia no tesouro público que permitiu a continuação da influência da burguesia comerciante, não ensejando a produção de um nacionalismo econômico independente que possibilitasse ao governo outras formas de arrecadação.

Nesse ambiente de crise econômica, política e social, o retorno à “alma portuguesa” deve ser compreendido como uma tentativa de buscar parâmetros a partir dos quais fosse possível restaurar valores que fortalecessem a identidade nacional. “Ser português” avultava como questão premente, que dizia respeito ao vácuo em que Portugal fora arremessado; apenas solucionando-a seria possível assegurar um destino para toda a nação. A esfera de intervenção em que se concentravam os esforços dos autores que publicavam em *A Águia* era, sobretudo, a cultural: os membros da “Renascença Portuguesa” impunham a si mesmos a (árdua) tarefa de formar um novo homem, de acordo com os padrões morais e intelectuais que concebiam como mais conformes ao “espírito da raça”.

Sendo a arte concebida como uma das forças mais efetivas para a transformação nacional, à literatura era dedicado largo espaço na revista. Críticas literárias e textos de cunho pedagógico frequentavam as páginas d'*A Águia* junto de obras poéticas; tratava-se de refinar o gosto e educar o espírito, dotando-o dos elevados atributos próprios do filósofo-artista, homem íntegro, mais apto a galgar os píncaros do conhecimento por intermédio de uma superação da materialidade. Nas páginas do periódico, fazem-se presentes os nomes de António Sérgio, Teófilo Braga, Jaime Cortesão, Teixeira Rego e Afonso Lopes Vieira, entre outros; além de brasileiros como Olavo Bilac, Coelho Neto, Lima Barreto, Júlia Lopes de Almeida, Alberto Amado e Carlos Maul.

A respeito do posicionamento d'*A Águia* perante o ambiente político e de sua crença na cultura como influxo transformador, cabe considerar a pertinente análise de Tereza Sena (1986, p.21), segundo a qual

[...] o não se imiscuir na vida política não significa alheamento total ou a criação do ambiente fictício – da arte pela arte, da cultura pela cultura – que nos é fornecido se, ao folhearmos a revista, desconhecemos a conjuntura em que foi produzida. Tifo, epidemias (pneumónica), assalto a lojas, mobilização face à guerra, abandono dos contingentes no *front*, etc. ... tudo se passa à margem desta revista que também o é de “crítica social”. É a redoma da intelectualidade e a crença no papel redentor da cultura agindo por si, numa contestação às soluções burguesas.

Justifica-se assim o lugar que *A Águia* e a “Renascença Portuguesa”, sobretudo no que diz respeito às duas primeiras séries da revista – publicadas em uma época de intensa movimentação da vanguarda portuguesa, como logo veremos – ocupam em meio aos referidos movimentos, consoante a avaliação da teórica: porque “não

representam uma ruptura com o velho, com o tradicional, tanto mais que se propõem reabilitar valores do passado, embora o pretendam fazer no seu tempo”, percebe-se que defendem um “posicionamento conciliatório, de restauração do tradicional, ainda que inserido numa conjuntura e linguagem de modernidade”; em outras palavras: conquanto seja neles perceptível um “gérmen de modernidade”, não se pode ver aí um sinônimo de vanguardismo (SENA, 1986, p. 21-22) – assunto que passaremos a analisar mais detidamente.

Ao largo da(s) vanguarda(s)

Aprofundemos a problematização em torno da relação entre as duas primeiras séries de *A Águia* e o vanguardismo – não estritamente para pensar a primeira em função da última, mas para avaliar, de modo mais amplo, o que uma parcela da intelectualidade portuguesa concebia como domínio efetivo de ação cultural e literária nas primeiras décadas do século XX. O que particularmente nos interessa é compreender porque *A Águia*, desde a sua primeira série, sob a direção de Álvaro Pinto, até a segunda série, dirigida por Teixeira de Pascoaes – essa última a mais conhecida, devido à já abordada vinculação do periódico com o Saudosismo –, mantém-se ao largo dos diversos movimentos de vanguarda que então tinham lugar no ambiente cultural e literário português.

É necessário, em primeiro lugar, compreender o que designa o conceito mesmo de vanguarda, tarefa que pode ser facilitada pelo inquérito em torno do referido conceito (mais exatamente, em torno das relações entre os conceitos de “vanguarda ideológica” e “vanguarda literária”, o que tem a vantagem de nos permitir levar em consideração elementos de ordem política e cultural/literária) que teve lugar em meados da década de 1970, envolvendo nomes fundamentais para qualquer abordagem do assunto. Sendo inviável apresentar aqui detalhadamente todas as discussões constitutivas do inquérito, não pretendemos mais do que sintetizar parte dos questionamentos, para o nosso propósito mais relevantes, aventados por alguns daqueles que participaram da discussão. Cabe explicitar que o critério principal para esse recorte será a caracterização da vanguarda como processo de transformação cultural historicamente determinado.

Avaliando os projetos das vanguardas nascidas desde meados do século XIX, E. M. de Melo e Castro (1975, p. 8) lista as seguintes propostas:

Repensar a actividade “fabricadora” do Homem em termos de dinâmica projectiva e não em termos de estratificação histórica; considerar substantivamente os materiais dessa fabricação e suprimir a catalogação adjetiva; falar em termos de estrutura e não de sintaxe descritiva; usar a

capacidade efabuladora para construir modelos vectoriais das situações futuras (probabilisticamente) e não para reproduzir situações previamente existentes; transformar a obra de arte num acelerador do tempo e num condensador da experiência humana transmissível, ou seja, propositiva de valores funcionais modeladores da vida.

O que se depreende dessa análise é que, para as vanguardas, a ação do homem direciona-se para a construção de um futuro em clivagem com as determinações históricas, com as quais o que se planeja é um efetivo rompimento. Pode-se perceber, desse modo, que há uma incompatibilidade fundamental entre a vanguarda do ponto de vista literário/criativo, âmbito em que ela apenas pode realizar-se como uma projeção no futuro, e a vanguarda a partir de uma perspectiva ideológica/política, uma vez que nesse campo sua efetivação está necessariamente condicionada pela adequação às soluções propostas no presente da ação política (MELO E CASTRO, 1975, p.10). Numa linha argumentativa próxima, Ferreira Gullar observa ser característico das vanguardas literárias do fim do século XIX e do princípio do século XX um “horror à História”, sendo esse em parte responsável por uma percepção da literatura como fenômeno estético puro – posição que só seria superada em décadas posteriores, com a admissão de que não há grande obra literária que não envolva problemas ideológicos, lidando de modo implícito ou explícito com as questões do poder, da justiça e da moral (GULLAR, 1975, p.16).

Conquanto Helder Macedo vislumbre uma convergência entre a vanguarda literária e a vanguarda ideológica, visto que a primeira visa a “um sucessivo alargamento do campo social que torna metodologicamente necessária a reestruturação dos significados linguísticos no poder”, ao passo que a segunda visa a “um sucessivo alargamento do campo social que torna metodologicamente necessária a reestruturação das instituições políticas através das quais o poder é exercido”, não deixa de observar que é daí que se depreende sua independência metodológica: a literatura de vanguarda não pode contradizer-se esteticamente a fim de servir a uma ideologia, assim como uma ideologia de vanguarda não pode recriar uma literatura vanguardista sem trair a si própria (MACEDO, 1975, p.17). Finalmente, José-Augusto França adere à percepção de que, por um “condicionalismo pragmático”, as vanguardas ideológicas podem ver-se obrigadas a acomodar-se às circunstâncias, pelo que intervêm mais na formulação do real do que em sua realização; em situação oposta encontram-se as vanguardas estéticas, que podem recusar acomodamentos e que no ato de sua efetivação criam parâmetros de sensibilidade criativa e receptiva. Muito embora sejam possíveis acordos entre uma e outra – vejam-se os casos do anarquismo dos anos 1910 e do futurismo, ou do trotskismo e do surrealismo nos anos 1930-1940 –, não há implicação mútua entre ambas; ademais, cada qual preserva sua esfera própria de autonomia (FRANÇA, 1975, p.21-23).

Essas perspectivas argumentativas permitem-nos depreender, por conseguinte, que há uma irreduzível oposição entre a ação política *lato sensu*, que necessariamente se efetiva em função das condições do presente, e a vanguarda literária ou estética, que admite um rompimento explícito com as determinações históricas em nome da projeção de um futuro idealizado. Isso é algo perceptível, por exemplo, na obra de Almada Negreiros *Começar*, síntese das propostas vanguardistas em que o desejo por “tudo” traduz a busca de um “começo” que consiste, de um lado, em uma transformação ou abolição de um passado percebido como alheio; e, de outro lado, no projeto totalizante de um futuro construído por meio da prática no presente (MELO E CASTRO, 1987, p.30).

Por outro lado, já na época de publicação da segunda série de *A Águia* é nítida a clivagem entre esse periódico e os movimentos vanguardistas. O “paúlismo” de Fernando Pessoa surge em 1914, com a publicação do texto que originaria o movimento – o poema *Paúis* – no único número publicado da revista *A Renascença*; entre 1915 e 1917, Portugal vê nascerem obras como o *Portugal Futurista*, os manifestos de Almada Negreiros – o *Manifesto anti-Dantas*, o *Manifesto da exposição de Amadeo de Souza Cardoso* e o *Ultimatum futurista às gerações portuguesas do século XX*; o *Ultimatum*, a *Ode marítima* e a *Ode triunfal*, de Fernando Pessoa/Álvaro de Campos; e *Manucure*, de Mário de Sá-Carneiro, entre outros textos claramente inscritos nos movimentos de vanguarda. Conquanto *Orpheu*, veículo em torno do qual se agrupariam essas tendências, causasse comoção quando de sua publicação, faz-se necessário observar, com Raquel Madanêlo Souza (2008), que “sua contemporânea 2ª série de *A Águia* simplesmente ignorou esse periódico e o escândalo decorrente de sua publicação em Lisboa”. Isso se torna ainda mais notável se percebemos que *Paúis* constituía um “texto programa” construído segundo os novos parâmetros literários que Fernando Pessoa expusera em textos publicados n’*A Águia* (MELO E CASTRO, 1987, p.38), periódico do qual viria a afastar-se justamente por conta de divergências estéticas.

Sem embargo, os projetos defendidos pelos vanguardistas diferiam consideravelmente das pretensões d’*A Águia*, na medida em que os parâmetros para a transformação social e cultural almejada pelos da “Renascença Portuguesa”, em oposição ao desejo de ruptura intrínseco ao vanguardismo, eram buscados num passado concebido como ontologicamente relacionado à própria origem da raça. Desse modo, para aqueles reunidos em torno do periódico que nos interessa, todas as possibilidades de ação constituíam práticas deliberadamente inscritas num âmbito histórico: o idealizado tempo futuro era uma derivação do tempo passado, e o novo a ser criado constituía um resgate do tradicional. A partir desse ponto de vista, qualquer tipo de ruptura que implicasse uma recusa do passado, mais do que indesejável, seria de fato pernicioso, uma vez que conduziria a uma negação das próprias condições

originárias – daquilo que constituía, em última instância, a “raça” portuguesa: tudo de que a vanguarda visava distanciar-se era, afinal, o que deveria alimentar o retorno de Portugal à sua natureza mais profunda.

Os sentidos do contravanguardismo

Não obstante, como logo demonstraremos, qualificar *A Águia* como um periódico “contravanguardista” é algo que não pode ser feito sem uma reflexão mais ampla. No referencial texto em que sintetiza as características elementares dos movimentos vanguardistas, Ana Hatherly elenca sete motivações possíveis “porque surgem as vanguardas”⁴:

- como reacção ao academismo;
- como forma de afirmação de jovens ou dos jovens de espírito;
- por espírito revolucionário;
- como consequência da repressão;
- por gosto pelo lúdico;
- por necessidade de negação;
- por necessidade de criação original.

Quando se examina o caso particular de *A Águia*, pode-se advogar uma aplicabilidade parcial de alguns desses fatores. Aqueles envolvidos na “Renascença Portuguesa” pretendiam negar um estado de coisas, promovendo a desconstrução de estruturas consolidadas que percebiam como decadentes; decerto fazia parte de seus objetivos promover uma revolução, na medida em que tencionavam superar essa estagnação – embora esse processo revolucionário envolvesse o resgate de elementos constitutivos da tradição; de resto, o fato de verem a si mesmos como o “fermento de gerações vindouras” permite-nos qualificá-los como os “jovens de espírito” que revolveriam as bases de uma sociedade envelhecida. É possível, por conseguinte, rastrear elementos vanguardistas nas pretensões no círculo de artistas e pensadores reunido em torno de *A Águia*.

A possibilidade de se adjetivar esse grupo (e, por extensão, o periódico) como “contravanguardista” só se pode sustentar a partir de certas características particulares dos movimentos de vanguarda portugueses: às estratégias de choque futuristas, opor-se-iam as preocupações pedagógicas dos membros da “Renascença”; ao europeísmo de *Orpheu*, contrapor-se-ia a busca de *A Águia* pela singularidade da experiência

⁴ Transcrito em melo e castro (1987, p.28-29).

portuguesa. A isso cabe somar o deliberado afastamento que uns e outros mantiveram, que de muitas formas viria a manifestar-se: ora pela indiferença dos d’*A Águia* em relação às pesquisas estéticas de Fernando Pessoa – o que resultaria na frustrada tentativa de Pessoa publicar, no periódico, de seu “drama estático” *O marinheiro*; ora pelo ataque direto de Almada Negreiros, no *Manifesto anti-Dantas*. Se a crescente clivagem entre esses movimentos e *A Águia* acabaria por ensejar uma esquemática oposição entre uma tendência revolucionária (e, conseqüentemente, vanguardista), de um lado, e uma tendência conservadora (e, conseqüentemente, contravanguardista), de outro, é preciso perceber que mais se oculta sob essa caracterização do que pode parecer à primeira vista.

À guisa de conclusão, observe-se que as várias acepções do elemento de composição “contra-” na língua portuguesa – que pode significar tanto oposição quanto reforço – podem ser aplicadas no que tange ao “contravanguardismo” de *A Águia*, o que explicita o seu lugar cambiante no ambiente cultural e literário português do início do século XX. Assim, entre a recusa e o respaldo, essa adjetivação revela-se tanto mais adequada quanto mais se enfatiza sua ambigüidade: demonstrando alguns aspectos comuns às vanguardas, mas opondo-se a outros; simultaneamente progressista e tradicionalista; com os olhos voltados para o passado, mas voando em direção ao futuro, *A Águia* simboliza uma experiência que revela a sua singularidade apenas quando é investigada em todas as suas múltiplas, e indubitavelmente complexas, faces.

SAMYN, Henrique Marques. A flight to the future with a glimpse into the past: *A Águia* – an anti avant-garde Portuguese experience? **Revista de Letras**, São Paulo, v.50, n.1, p.35-47, Jan./June 2010.

- **ABSTRACT:** *The Portuguese literary magazine A Águia was founded in 1910 by the journalist Álvaro Pinto, with the goal of promoting the rebirth of a culture seen as decadent at the beginning of the twentieth century. From 1911 to 1922, under the influence of Teixeira de Pascoaes, A Águia was dedicated to the dissemination of “Saudosismo”, the nationalistic movement created by him. Although several vanguardist movements took place in Portugal at this time, A Águia didn’t participate in any of them. The aim of this article is to investigate why this happened, and in what sense it is possible to qualify A Águia as an “anti avant-garde” magazine.*
- **KEYWORDS:** *A Águia (1st and 2nd series). Vanguardism. Saudosismo. Portuguese Literature.*

Referências

- BIRMINGHAM, D. **Historia de Portugal**. Tradução de María Ángeles Martínez García. Madrid: Ediciones Akal, 2005.
- FRANÇA, J.-A. Que pensa das relações entre os conceitos de vanguarda ideológica e vanguarda literária à luz da experiência actual? **Revista Colóquio/Letras**, Lisboa, Inquérito, n.23, p.21-23, jan. 1975.
- GOMES, P. **A renascença portuguesa**: Teixeira Rêgo. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
- GULLAR, F. Que pensa das relações entre os conceitos de “vanguarda ideológica” e “vanguarda literária à luz da experiência actual? **Revista Colóquio/Letras**, Lisboa, Inquérito, n.23, p.15-16, jan. 1975.
- LARANJEIRA, M. Os homens superiores na selecção natural. **A Águia**, Porto, v.1, n.1. p.1-2, dez. 1910.
- MACEDO, H. Que pensa das relações entre os conceitos de vanguarda ideológica e vanguarda literária à luz da experiência actual? **Revista Colóquio/Letras**, Lisboa, Inquérito, n.23, p.17-19, jan. 1975.
- MELO E CASTRO, E. M. **As vanguardas na poesia portuguesa do século XX**. 2.ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- _____. Que pensa das relações entre os conceitos de vanguarda ideológica e vanguarda literária à luz da experiência actual? **Revista Colóquio/Letras**, Lisboa, Inquérito, n.23, p.8-11, jan. 1975.
- PASCOAES, T. de. Renascença. **A Águia**, Porto, s. 2, v. 1, n. 1. p.1-3, fev. 1912.
- SÁ, M. das G. M. de. **Estética da saudade em Teixeira de Pascoaes**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- SENA, T. “A Águia” em 1918: um modernismo conciliatório de restauração do tradicional. **Revista Colóquio/Letras**, Lisboa, Ensaio, n.94, p.15-24, nov. 1986.
- SILVA, A. S. O Porto em busca da renascença: 1880-1911. **Penélope**: revista de História e Ciências Sociais, Lisboa, n.17, p.51-69, 1997.
- SOUZA, R. dos S. M. Portugal-Brasil: modernismo em perspectiva. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 11.: tessituras, interações, convergências, 2008, São Paulo. **Anais....** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/cong2008/AnaisOnline/simposios/050.htm>. Acesso em: 02 dez. 2009.

